

Resumo Semanal

Ano 1 – Número 18 – 27/11 à 01/12/2017

Destaque da Semana

eSocial será implantado em cinco fases a partir de janeiro de 2018

Portal eSocial - 29/11/2017

O Comitê Gestor do eSocial anunciou nesta quarta-feira (29) o cronograma de implantação do programa, que será implantado em cinco fases a partir do primeiro semestre de 2018. Neste primeiro momento, a medida é voltada para empresas com faturamento superior a R\$ 78 milhões anuais, que passam ter a utilização obrigatória do programa a partir de 8 de janeiro de 2018. Esse grupo representa 13.707 mil empresas e cerca de 15 milhões de trabalhadores, o que representa aproximadamente 1/3 do total de trabalhadores do país.

A implantação em cinco fases também será adotada para as demais empresas privadas do país, incluindo micros e pequenas empresas e MEIs que possuam empregados, cuja utilização obrigatória está prevista para 16 de julho do ano que vem. Já para os órgãos públicos, o eSocial torna-se obrigatório a partir de 14 de janeiro de 2019. Quando totalmente implementado, o eSocial reunirá informações de mais de 44 milhões de trabalhadores do setor público e privado do país em um único sistema.

Conforme explicou o assessor especial para o eSocial, Altemir Linhares de Melo, em coletiva de imprensa nesta quarta-feira (29), em Brasília, o envio de obrigações pelas empresas em etapas para o eSocial é uma resposta do governo às solicitações realizadas pelas empresas e confederações participantes do projeto com o objetivo de garantir segurança e eficiência para a entrada em operação do programa.

Para ler na íntegra clique aqui.





Confederação dos profissionais liberais questiona Súmula do STF

Supremo Tribunal Federal - 01/12/2017

A Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL) ajuizou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 498 para questionar a Súmula 666 do Supremo Tribunal Federal (STF). O verbete diz que a contribuição confederativa, de que trata o artigo 8°, inciso IV, da Constituição Federal (CF), só pode ser exigida dos filiados a sindicato.

Leis de SP, PE e RS que proíbem amianto são constitucionais

Supremo Tribunal Federal - 30/11/2017

Na sessão desta quinta-feira (30), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) finalizou o julgamento de outras três ações contra leis locais restritivas do uso do amianto crisotila. Por maioria, foram julgadas improcedentes a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 109, contra norma do Município de São Paulo, e as Ações Diretas de inconstitucionalidade (ADI) 3356, contra lei estadual de Pernambuco, e a ADI 3357, contra lei do Rio Grande do Sul.

STF reafirma inconstitucionalidade de dispositivo que permitia extração de amianto crisotila

Supremo Tribunal Federal - 29/11/2017

Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou a declaração de inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei federal 9.055/1995 que permitia a extração, industrialização, comercialização e a distribuição do uso do amianto na variedade crisotila no país. A inconstitucionalidade do dispositivo já havia sido incidentalmente declarada no julgamento da ADI 3937, mas na sessão desta quarta-feira (29) os ministros deram efeito vinculante e erga omnes (para todos) à decisão.

Microempresa pagará indenização substitutiva a empregado que não recebeu guia do seguro-desemprego

Tribunal Superior do Trabalho – 01/12/2017

Uma microempresa de Natal (RN) foi condenada pela Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao pagamento de indenização substitutiva a um servente por não ter fornecido as guias para o recebimento do seguro-desemprego. A Turma ressaltou o entendimento de que a indenização se refere ao não fornecimento das guias, independentemente da constatação de que o empregado preencheria os requisitos legais para o recebimento do benefício.





Presidente do TST abre seminário sobre impactos da Reforma Trabalhista no setor imobiliário

Tribunal Superior do Trabalho – 30/11/2017

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Ives Gandra Martins Filho, proferiu a palestra de abertura do seminário "Reforma Trabalhista e os Impactos no Setor Imobiliário", promovido no TST pelo Instituto Justiça e Cidadania. Ives Gandra Filho afirmou à plateia, composta de magistrados, advogados especializados em Direito Imobiliário e representantes de entidades do setor, que a Reforma Trabalhista era "necessária e fundamental para dar segurança jurídica a todos os segmentos, entre eles o da construção civil e o imobiliário".

Entidades de classe e OAB poderão se manifestar em sessão que examinará mudanças na jurisprudência

Tribunal Superior do Trabalho – 30/11/2017

O Tribunal Superior do Trabalho realizará, no dia 6/2/2018, sessão do Tribunal Pleno para examinar as propostas da Comissão de Jurisprudência e de Precedentes Normativos para a alteração da jurisprudência da Corte, em função das mudanças introduzidas pela Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista). Nesta quintafeira (30), o presidente do TST, ministro Ives Gandra Martins Filho, divulgou edital abrindo prazo de dez dias para que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), confederações sindicais e entidades de classe de âmbito nacional para que manifestem seu interesse em indicar advogado para proferir sustentação oral na sessão (leia <u>aqui</u> a íntegra do edital).

Operário que trabalhava das 3h às 13h não receberá adicional noturno por todo o período

Tribunal Superior do Trabalho – 28/11/2017

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho absolveu o Consórcio Grupo Isolux Corsan-Engevix de pagar a um encarregado de obras adicional noturno sobre as horas trabalhadas após as 5h da manhã. Ele trabalhava das 3h às 13h, e a atividade noturna, nessa circunstância, é das 22h às 5h, conforme a CLT. Apesar de a jurisprudência do TST manter o adicional sobre as horas diurnas quando há prorrogação das atividades, os ministros entenderam que, no caso, a extensão é indevida, pois a maior parte do serviço ocorria em horário diurno.

Ministro Marco Aurélio defende segurança jurídica em seminário sobre Reforma Trabalhista

Tribunal Superior do Trabalho – 27/11/2017





Segundo o ministro do STF, não cabe considerar o direito "achado na rua", o chamado direito alternativo, o que pode, afirma, levar a extravagâncias. "O direito alternativo afasta o indispensável à vida gregária: a segurança jurídica". Para o ministro, as pessoas querem ter certeza do que pode ou não ocorrer. "É a segurança jurídica que nos dá estabilidade e nos resquarda de sobreavisos", ressaltou.

Ministério faz alerta sobre os fatores de risco do câncer de pele

Ministério do Trabalho – 01/12/2017

Profissionais da jardinagem, da construção civil, da agricultura, da pecuária e da pesca, preparadores físicos, salva-vidas, cuidado! Devido à exposição diária e contínua à radiação ultravioleta (UV), esses grupos têm maior chance de desenvolver o câncer de pele não melanoma, o mais comum entre esses trabalhadores, representando 90% dos cânceres de pele e 25% dos tumores registrados no Brasil. Esses dados constam em estudo elaborado pela Fundacentro, publicado no livro clássico de dermatologia ocupacional da fundação.

Cadastro muda com a nova legislação trabalhista

Ministério do Trabalho – 01/12/2017

O Caged receberá novos campos de preenchimento. Resultado da entrada em vigor da nova legislação trabalhista, o empregador agora terá que fornecer informações relacionadas ao trabalho intermitente, parcial, teletrabalho e desligamento por acordo entre empregado e empregador.

Enit realiza curso de auditoria na Construção Civil

Ministério do Trabalho - 27/12/2017

A Escola Nacional da Inspeção do Trabalho – Enit realizou, de 20 a 24 de novembro, em Brasília, o curso de Auditoria na Indústria da Construção, para capacitar 89 auditores-fiscais do Trabalho em procedimentos básicos de auditoria em segurança e saúde no setor.

STF confirma banimento total do amianto no Brasil

Ministério Público do Trabalho – 30/11/2017

Uma vitória histórica e importante para os trabalhadores e a população brasileira. O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou nesta quarta-feira (29) o banimento total do amianto - fibra cancerígena - em





todo o país. Por 7 votos a 2, está proibida a extração, industrialização, comercialização e a distribuição da fibra tipo crisotila, usada na fabricação de telhas e caixas d'água. A decisão inédita do STF não permite nem o Congresso Nacional aprovar outra lei para o uso do produto.

Fórum lança livro sobre saúde e segurança do trabalho

Ministério Público do Trabalho - 28/11/2017

O Fórum Saúde e Segurança do Trabalhador no Estado de Santa Catarina (FSST-SC) lança na próxima sextafeira (12), em Florianópolis, o livro "Saúde e Segurança do Trabalho no Brasil". O lançamento é feito em parceria com o Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina e Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (AMATRA).

MPT critica reforma trabalhista e terceirização em audiência no Senado

Ministério Público do Trabalho – 27/11/2017

O Ministério Público do Trabalho (MPT) participou, nesta segunda-feira (27), de audiência pública interativa na Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, da Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal. No debate sobre "Formas de trabalho: tipos de prestação de serviços, terceirização, teletrabalho, aplicativos, trabalho avulso, autônomo e voluntário", requerido pelo senador Paulo Paim (PT-RS), o procurador do Trabalho Paulo Joarês representou o MPT, destacando o retrocesso que as novas formas de contratação instituídas pela reforma trabalhista representam para os direitos dos trabalhadores.

Reforma Trabalhista: o desafio de fiscalizar a nova legislação em debate no Rio de Janeiro

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 01/12/2017

O Auditor-Fiscal do Trabalho Alex Myller reforçou os argumentos já apresentados contra a reforma trabalhista, informando que o Sinait participou da organização e das produções da 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho da Anamatra, no intuito de se alcançar um entendimento homogêneo entre as autoridades que aplicam a lei trabalhista. "Estamos neste caminho e queremos o melhor para o trabalhador brasileiro".

Sindicalistas e PSOL vão fortalecer atuação para combater as reformas trabalhista e da previdência

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 30/11/2017





Dirigentes do Sinait, da ANPT, da Anamatra, do Ministério Público do Trabalho e do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – Diap participaram de uma reunião com deputados da bancada do PSOL, entre eles o líder Glauber Braga (RJ), na manhã desta quinta-feira, 30 de novembro. Na ocasião, o grupo debateu iniciativas para atuação conjunta contra as reformas trabalhista e da Previdência.

Reforma trabalhista desresponsabiliza empregadores e enfraquece instituições de regulação do trabalho

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 28/11/2017

A Auditora-Fiscal do Trabalho Mônica Duailibe disse que a finalidade da reforma trabalhista é desassalariar a força de trabalho, desresponsabilizar empregadores e enfraquecer as instituições de regulação do trabalho como a Auditoria-Fiscal do Trabalho, a Justiça do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e sindicatos de trabalhadores.

Atos Normativos

<u>PORTARIA MTb Nº 676, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017</u> (DOU de 28/11/2017 Seção II Pág. 39) Constitui Grupo de Estudo Tripartite - GET com o objetivo de harmonizar o texto técnico básico referente à revisão do Anexo 3 (Limites de Tolerância para Exposição ao Calor) da Norma Regulamentadora n.º 15 (Atividades e Operações Insalubres);

<u>RESOLUÇÃO MF Nº 1, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017</u> (DOU de 30/11/2017 Seção I Pág. 72) Altera a Resolução do Comitê Diretivo do eSocial nº 2, de 30 de agosto de 2016, para estabelecer a implementação progressiva do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial;

<u>PORTARIA MTb Nº 1.219, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017</u> (DOU de 30/11/2017 Seção I Pág.183) Aprova o Planejamento Estratégico do Ministério do Trabalho - MTb para o período de 2017 a 2019, e dá outras providências.

Responsável Técnico

OAB-DF 14.823

Dr. Clovis Veloso de Oueiroz Neto









